

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas **2021** · Plano de Trabalho **2022**

RELATÓRIO DE GESTÃO

Prestação de Contas 2021

Plano de Trabalho 2022



ESTA É UMA PUBLICAÇÃO DO SISTEMA OCERGS-SESCOOP/RS

Rua Félix da Cunha, 12
Bairro Floresta · Porto Alegre – RS
CEP: 90570.000
Fone geral: (51) 3323.0000
ocergs@ocergs.coop.br
www.ocergs.coop.br

COORDENAÇÃO

Assessoria de Comunicação
E-mail: imprensa@ocergs.coop.br
Fone: (51) 3323.0049

COMISSÃO EDITORIAL

Ana Martha Bülow
Leonardo Machado
Rafaeli Minuzzi

PROJETO E EDITORAÇÃO

Stampa Comunicação Corporativa
www.stampacom.com.br
eliane@stampacom.com.br
(51) 9.8117.7188

INFORMAÇÕES

Dados obtidos até 31/12/2021

ÓRGÃOS COLEGIADOS DO SISTEMA OCERGS-SESCOOP/RS

PRESIDÊNCIA DO SISTEMA OCERGS-SESCOOP/RS

Vergílio Frederico Perius

SUPERINTENDÊNCIA DA OCERGS

Norberto Tomasini

DIRETORIA DA OCERGS

Efetivos Suplentes

Irno Pretto • Diretor Técnico Sindical	Alcides Mandelli Stumpf
Fernando Dall'Agnese	Alexandre Fróes Michelin
Margaret Garcia da Cunha	Imanjara A. Marques de Paula
Erineo José Hennemann	José Alberto Pacheco Ramos
Darci Hartmann • Diretor-secretário	Cesar Valmor Aguiar
Valdir Bernardo Feller	
Roberto Brezolin	

CONSELHO FISCAL DA OCERGS

Efetivos Suplentes

João Vicente Bassols	Ana Lucia de Mello
José Paulo Kraemer Salerno	Ernesto Enio Budke Krug
Paulo Abreu Barcellos	Renato Pereira Martins

CONSELHO DE ÉTICA DA OCERGS

Efetivos Suplentes

Adelar Steffler	Alexandre Dall'Agnese
Diamantino Marques dos Santos	Kurt Grenzel
Gelson Bridi	Antonio Johann
Samir El Ammar	Agenor Casaril
Jorge Antônio Martines	Julio Cesar Cordova Maciel

CONSELHO TÉCNICO SINDICAL DA OCERGS

Irno Augusto Pretto • Diretor Técnico Sindical
Arno Malheiros
Juliano Pacheco Machado
Tiago Machado

SUPERINTENDÊNCIA DO SESCOOP/RS

Norberto Tomasini
Gerson José Laueremann

CONSELHO ADMINISTRATIVO DO SESCOOP/RS

Efetivos Suplentes

Darci Pedro Hartmann	Marco Antonio Machado
José Milton Cunha Mirenda	Engelberto José Henn
José Zordan	Maria Zélia Höhn
Márcio Port	Jânio Vital Stefanello
Vergílio Frederico Perius	Geâne Nazaré Ferreira

CONSELHO FISCAL DO SESCOOP/RS

Efetivos Suplentes

Ari Rosso	Jairton Nunes Vieira
Leocesar Nicolini	Cleuberto Demarchi
Alexei Eduardo Gobbi	Valter Augusto Heinz

Mensagem do Presidente

Podemos afirmar que, mais uma vez, as cooperativas se destacaram na construção de um Rio Grande do Sul melhor, gerando crescimento econômico e desenvolvimento social.

Ótimos indicadores foram apresentados em todos os ramos, confirmando a posição de destaque do cooperativismo no Estado. Tivemos um faturamento recorde das cooperativas gaúchas, ultrapassando a ordem de R\$ 70 bilhões, e o número de associados passou para mais de 3,1 milhões em 2021, o que reforça a confiança da sociedade no sistema cooperativista.

Nesse ano, a Ocergs completou 50 anos e seu protagonismo foi registrado em um livro com dez capítulos. Sua primeira parte, escrita pelo professor Edgar Schulze, resgata aspectos importantes da história do cooperativismo e de sua constituição. Já a segunda parte agrega relatos de representantes dos diferentes ramos do cooperativismo gaúcho.

Por meio da Ocergs, somos parceiros para que cada cooperativa possa progredir e avançar. Para que isso aconteça, é fundamental olhar para a nossa história e conhecer o caminho que trilhamos, com foco na essência do cooperativismo, que são as pessoas. Aprendemos com as experiências e são elas que impulsionam o nosso futuro.

Entre as ações do SESCOOP/RS, destacam-se o Projeto Aprendiz Cooperativo que, em 2021 beneficiou 2.141 jovens e a capacitação de mais de 46 mil pessoas pela Formação Profissional. O Dia C mobilizou 204 cooperativas e mais de 16 mil voluntários no Rio Grande do Sul, alcançando a marca de 280.122 beneficiários no Estado.

Soma-se a esse esforço as ações da ESCOOP, com desenvolvimento de conteúdo para o Sistema OCB, gerenciamento de cursos assíncronos na plataforma de ensino, formação de conselheiros e dirigentes em nossas cooperativas e em outros estados, dentre outras.

Aos nossos colegiados, associados, empregados, dirigentes, familiares e comunidades, só temos a agradecer pelo empenho, dedicação e confiança. Continuemos atuantes e contribuindo para avançarmos cada vez mais naquilo que é comum a todos nós: a força do cooperativismo.

Vergílio Frederico Perius
Presidente do Sistema
Ocergs-Sescoop/RS





OCERGS

6



SESCOOP/RS

8



ESCOOP

16



**PRESTAÇÃO DE CONTAS 2021
PLANO DE TRABALHO 2022**

18

 **OCERGS**

 **SESCOOP/RS**

ESCOOP



A Ocergs Organização Cooperativa tem como missão promover ambiente favorável para o desenvolvimento das cooperativas gaúchas, por meio da representação político-institucional. É ainda o órgão de registro, cadastro e certificação das cooperativas gaúchas.

Objetivos finalísticos

- Apoiar as cooperativas na sua inserção em mercados;
- Contribuir para o aperfeiçoamento do marco regulatório do cooperativismo e induzir a implementação de políticas públicas;
- Fortalecer a representação política e institucional do cooperativismo;
- Fortalecer a imagem do Sistema Ocergs e divulgar os benefícios do cooperativismo;
- Fomentar, produzir e disseminar conhecimentos para o cooperativismo gaúcho.

Objetivos de gestão

- Aprimorar a gestão estratégica e padronizar processos;
- Aprimorar e intensificar o relacionamento com as cooperativas;
- Garantir comunicação frequente e ágil com os seus públicos;
- Aperfeiçoar o controle, ampliar e diversificar as fontes de recursos;
- Desenvolver continuamente as competências dos colaboradores.

Representação Institucional

> **459** reuniões e eventos presenciais e online

> **57** programas de rádio e tv

> **5** palestras

Apoio Cooperativas Escolares

> **5.355** jovens associados

> **153** cooperativas

A presidência da Ocergs, com apoio das superintendências e dos colaboradores do Sistema, protagonizou 459 reuniões e eventos presenciais e online.

A Ocergs – Sindicato é a entidade patronal que representa a categoria econômica das cooperativas no Rio Grande do Sul, atuando na defesa de seus interesses através da negociação e celebração de Convenções e Acordos Coletivos de Trabalho.

Organização Sindical Mediações das negociações

Através da Organização Sindical, são realizadas as mediações das negociações entre as Cooperativas e os Sindicatos Laborais, no ajuste de todos os Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho.

Mesmo sem retorno da normalidade, todas as Convenções e Acordos solicitados foram consolidados através de reuniões *online* com profissionais de RH, superintendentes, presidentes e sindicatos laborais.

Conselho Técnico Sindical Órgão consultivo e opinativo

Órgão consultivo e opinativo de matéria de natureza sindical, orientando o Diretor para critérios de negociações, na defesa dos interesses das Cooperativas.

Em 2021, novos Decretos regularam as atividades laborais. A troca de experiências com as Cooperativas, Conselho Técnico Sindical, Assessoria Jurídica do Sistema e Assessoria da Confederação, possibilitou as melhores tomadas de decisões na área trabalhista.

A cada data-base, o Sindicato Ocergs, como sua principal atribuição, negocia com a representação dos trabalhadores em Cooperativas as cláusulas econômicas e sociais que regulam as relações trabalhistas.

Comitê Sindical Nacional Visa o interesse das cooperativas

Sob a coordenação da CNCoop, reúnem-se os membros do Comitê, com o intuito de discutir, em âmbito nacional, temas relevantes e de interesse das cooperativas.

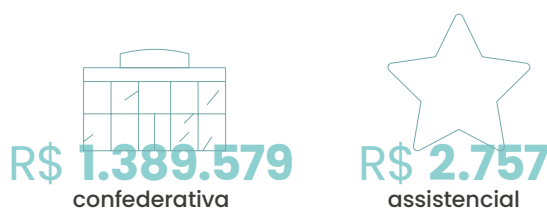
Na busca de alinhamento sistêmico com todas as unidades da Federação, o Comitê Sindical discutiu amplamente, por meio de videoconferências e assembleia nacional, a sustentabilidade sindical, com a criação da nova contribuição confederativa.

Assembleia Geral Extraordinária 2021 Decisões sindicais

O Sindicato realizou no dia 21 de dezembro, de forma digital, a Assembleia Geral Extraordinária, que aprovou:

- O relatório das atividades sindicais;
- A tabela para Contribuição Confederativa 2022;
- O repasse de 30% da Contribuição Confederativa à CNCoop, que resultou em R\$ 564.179,00;
- A tabela da Contribuição Sindical, de acordo com a legislação vigente. O recolhimento é facultativo aos integrantes da categoria.

Arrecadação Receitas



Em 2021, as receitas foram provenientes da arrecadação da Contribuição Confederativa e Assistencial, oriundas das negociações coletivas realizadas pelo Sindicato, permitindo dotação orçamentária para a manutenção das atividades e defesa dos interesses das Cooperativas.



SESCOOP/RS

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Sul

O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul promove a cultura cooperativista e a sustentabilidade das cooperativas.

Atua em três áreas para melhorar a qualidade de vida e bem-estar de seus associados, empregados e familiares.

1. Formação profissional

Conjunto de atividades que visam desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à qualificação profissional e ao desenvolvimento humano, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das cooperativas. Entre as atividades dessa área estão cursos de aprendizagem profissional, qualificação, aperfeiçoamento, capacitação, cursos de extensão, graduação acadêmica, pós-graduação e outros.

2. Promoção social

Conjunto integrado de ações com enfoque educativo para promover a cultura da cooperação, o bem-estar e a qualidade de vida das pessoas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das cooperativas e, conseqüentemente, de suas comunidades. Fazem parte das ações as iniciativas em educação cooperativista, ações para promover a saúde, eventos culturais, integração social e promoção de ações de sustentabilidade. Dentre as ações estão o Dia C - Dia de Cooperar.

3. Monitoramento

Conjunto de atividades integradas de diagnóstico e acompanhamento da identidade, da governança, da gestão e do desempenho para subsidiar o planejamento das ações que visam ao desenvolvimento sustentável das cooperativas, promovendo e orientando as mesmas para as boas práticas de gestão e governança.

Formação Profissional

Formação, qualificação e capacitação

Atividade finalística do SESCOOP/RS voltada à formação, qualificação e capacitação dos empregados e associados das cooperativas do Rio Grande do Sul. Responsável pelo desenvolvimento, execução e avaliação de programas, projetos e ações de formação profissional, em convergência com as diretrizes estratégicas da instituição.

Esta área contribui para o alcance de um importante objetivo estratégico:

- Promover a profissionalização das cooperativas por meio da oferta de soluções de desenvolvimento humano.



Recursos aplicados

Projetos de formação profissional

R\$ 22.734.585
investimento total

46.660
total de beneficiários

2.187
eventos/turmas

83.911
carga horária

Bolsas de estudos

Graduação e pós-graduação

R\$ 5.891.706
investimento

1.925
total de beneficiários

O SESCOOP/RS contribuiu para a formação profissional de empregados e associados de cooperativas de diversos ramos, concedendo bolsas de estudos para cursos de graduação e pós-graduação.

Recursos aplicados Ramo de atividade

	Valor em R\$	Beneficiários	Eventos/Turmas	Carga Horária
Agropecuário	4.589.360	29.053	1.440	26.064
Crédito	2.221.376	3.313	171	13.972
Infraestrutura	691.976	1.986	150	3.733
Saúde	1.934.173	7.301	249	11.562
Trabalho, Produção de Bens e Serviço	1.528	32	2	60
Todos os ramos	13.296.171	4.975	175	28.521
TOTAL	22.734.585	46.660	2.187	83.911

Recursos aplicados Natureza

	Valor em R\$	Beneficiários	Eventos/Turmas	Carga Horária
Graduação acadêmica	1.720.711	473	37	21.570
Graduação tecnológica	918.254	56	8	2.703
Pós-graduação	3.252.741	1.396	95	12.890
Qualificação/capacitação profissional	1.966.600	15.048	862	10.245
Aperfeiçoamento Profissional	8.384.553	27.546	1.113	12.171
Aprendizagem Profissional	6.491.726	2.141	72	24.332
TOTAL	22.734.585	46.660	2.187	83.911

Promoção Social

Valorizar, integrar e capacitar pessoas

No ano de 2021 os Programas de Promoção Social alcançaram 25.041 beneficiários através dos projetos centralizados. Os programas foram realizados atendendo o objetivo estratégico: cultura da cooperação, com ações de promoção do cooperativismo, produção de livros e materiais didáticos, realização de feiras, dentre outras.

Os projetos centralizados têm como objetivo principal o atendimento de diversas cooperativas simultaneamente, através de ações mais abrangentes e estruturadas. Cada ação é desenvolvida de acordo com necessidades percebidas através dos programas de diagnóstico e também pelas Centrais e Federações, que promovem estudos junto às cooperativas singulares, detectam e organizam ações em formato coletivo, que além de levar soluções comuns, otimizam a aplicação dos recursos destinados para este fim.



Livros editados

Conteúdo relevante e gratuito

A Editora Sescoop/RS, no ano de 2021, editou, produziu ou adquiriu 13.600 unidades de livros. Foram seis títulos com temática dentro dos propósitos da Editora, quais sejam: registrar a história do cooperativismo gaúcho e publicar pesquisas e estudos elaborados nas cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul. Os livros são encaminhados gratuitamente para todas as cooperativas do Estado, para universidades que possuem projetos acadêmicos em parceria com o Sescoop/RS, para a OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras e outras entidades afins.

13.600 unidades · 6 títulos

Monitoramento

Contribuir para a melhoria contínua e sustentabilidade das cooperativas

O posicionamento estratégico finalístico do Sescoop está sustentado por meio de três entregas (diagnóstico, conhecimento e desenvolvimento humano), integradas e interrelacionadas.

O diagnóstico gera informações e conhecimento sobre o ambiente interno das cooperativas. Esse conhecimento, aliado à análise de condições do ambiente externo, é fundamental para a aplicação de soluções para promover o desenvolvimento humano, levando ao posterior desenvolvimento organizacional das cooperativas.

Sob esse aspecto, a atuação da área do Monitoramento contempla os quatro eixos de atuação do Sescoop (Identidade, Governança e Gestão, e Desempenho) e permite a identificação de pontos fortes e oportunidades de melhoria nas cooperativas.

Todo o trabalho é feito a partir de 4 eixos fundamentais



Eixo Identidade

Programa de Acompanhamento da Gestão das Cooperativas

Programa focado em resguardar as características que distinguem as cooperativas dos demais tipos societários, conforme definem as leis cooperativistas.

Através de avaliações, ele revela o quanto a cooperativa está alinhada ao mercado, com orientações e planos de melhoria por meio do Instrumento de Acompanhamento da Gestão Cooperativista.

1

Identidade

Foco

Conformidade Cooperativista.

Pontos fortes

- Conformidade dos Aspectos Societários;
- Conformidade dos Aspectos Contábeis,
- Identificação de oportunidades de melhoria e de desenvolvimento humano/organizacional.

Frequência

Ciclo de avaliação realizado por demanda, recomendável a cada 2 anos, dependendo das oportunidades de melhoria existentes e do nível de conformidade da cooperativa.

Eixo Desempenho

Programa de Desenvolvimento Econômico-Financeiro

O programa de desenvolvimento econômico-financeiro permite consolidar as demonstrações financeiras e sociais das cooperativas brasileiras.

O processamento desses dados gera indicadores que facilitam o acompanhamento dos resultados da organização e de seus empregados. Isso facilita o processo de tomada de decisões das cooperativas e aumenta ainda mais a transparência do cooperativismo.

2

Desempenho

Foco

Avaliação de Desempenho.

Pontos fortes

- Geração de indicadores de desempenho para tomada de decisão;
- Análise de resultados com base em padrões referenciais de desempenho,
- Identificação de oportunidades de melhoria e de desenvolvimento humano/organizacional.

Frequência

Entrega de informações econômicas e financeiras mensais e informações sociais anuais.

Realizações

60 devolutivas (41 do ramo Agropecuário, 9 do ramo Transporte e 1 do ramo Infraestrutura).

Outras soluções e serviços prestados para as cooperativas

- > Reuniões do Conselho de Ética
- > Reuniões do Conselho Consultivo do Ramo Transporte
- > Reuniões do Comitê de Estudos Contábeis e Tributários
- > Atuação como vogal na Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul (JucisRS)
- > Representação institucional nas reuniões junto aos órgãos de governo e entidades de classe
- > Articulação de eventos de capacitação para auditoria interna e profissionais da contabilidade
- > Preparação da 11ª Edição da Revista Expressão do Cooperativismo Gaúcho

Eixo Governança e Gestão

Programa de Desenvolvimento da Gestão das Cooperativas (PDGC)

É um dos programas do Sescoop voltados ao desenvolvimento da autogestão das cooperativas. Seu objetivo principal é promover a adoção de boas práticas de gestão e de governança pelas cooperativas.

A metodologia utilizada está pautada no Modelo de Excelência da Gestão® (MEG) da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), um modelo referencial utilizado para promover a melhoria da qualidade da gestão e o aumento da competitividade das organizações. Aplicado em ciclos anuais, visa à melhoria contínua a cada ciclo de planejamento, execução, controle e aprendizado.

3

Governança PDGC

Foco

Governança Cooperativa.

Pontos fortes

- Nível de Maturidade da Governança Cooperativa;
- *Feedbacks* com boas práticas de governança cooperativa a serem adotadas,
- Identificação de oportunidades de melhoria e de desenvolvimento humano/organizacional.

Frequência

Ciclo de Autoavaliação é anual, recomendável realizar entre os meses de fevereiro e agosto.

4

Gestão PDGC

Foco

Gestão Cooperativa.

Pontos fortes

- Nível de Maturidade da Gestão Cooperativa;
- *Feedbacks* com boas práticas de gestão cooperativa a serem adotadas,
- Identificação de oportunidades de melhoria e de desenvolvimento humano/organizacional.

Frequência

Ciclo de Autoavaliação é anual, recomendável realizar entre os meses de fevereiro e agosto.

Realizações

> 125 novas adesões com diagnóstico finalizado

> 5 cooperativas reconhecidas no Prêmio SomosCoop Excelência em Gestão

> 89 pessoas capacitadas em três turmas de *workshops* do PDGC



Resultados Gerais

- > **2.786** beneficiários inscritos nas atividades educacionais de curta duração da Escoop.
- > **21** cooperativas atendidas *in company* (inclui centrais, federações e confederações).
- > **2.335** horas de capacitações, treinamentos, palestras, *webinars* e aulas de pós-graduação.
- > **71** capacitações, treinamentos, palestras e *webinars*.
- > **673** módulos de capacitações, treinamentos, palestras, *webinars* e aulas de pós-graduação.
- > **207** contratações (número de professores contratados para prestação de serviços educacionais).
- > **80** cursos de extensão e pós-graduação.
- > **100%** dos Ramos atendidos.

Dados por ramo

ESCOOP Saúde

19 cursos

120 atividades

ESCOOP Cred

11 cursos

161 atividades

ESCOOP Agro

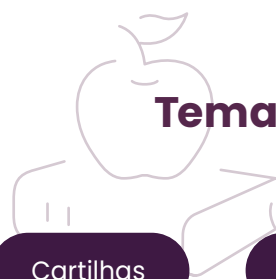
4 cursos

45 atividades

Todos os ramos

46 cursos

347 atividades



Temas voltados para Gestão e Governança

Desenvolvimento de Conteúdo

Cartilhas

Inovação

Cooperativismo de Plataforma

Apostilas

Vídeos e exercícios

Formação de Conselheiros Fiscais

Gerenciamento de cursos

Cursos assíncronos na Plataforma de Ensino.

- > **31** treinamentos
- > **2.860** novos cadastros
- > **1.255** certificados

Temas: Inovação, LGPD, Gestão Estratégica, Contabilidade, Liderança, Mercado Financeiro, Direito e Legislação, Gestão de Risco, *Compliance*, Mapeamento de Processos, Educação Financeira, Matemática Financeira, Integração, Governança, Identidade Cooperativista, CIPA, NR 32

Atuação em outros Estados

Atendimento de outras 4 unidades estaduais:

- SESCOOP/BA
- SESCOOP/CE
- SESCOOP/GO
- SESCOOP/SE

OCERGS

Prestação de Contas **2021** · Plano de Trabalho **2022**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis compostas pelo balanço patrimonial, demonstração dos resultados, dos fluxos de caixa, mutações do patrimônio social e notas explicativas a seguir apresentadas, além de se prestarem ao cumprimento dos dispositivos legais, que tratam dos itens que compõem a prestação de contas anual, traduzem a preocupação da diretoria com a transparência das informações repassadas ao público de interesse.

Devidamente aprovadas pelo Conselho Fiscal e referendadas pela diretoria, com relatório de opinião dos auditores independentes, sem ressalva, exibem, em números, a segurança com que as operações e finanças da Ocergs são geridas, no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho e em consonância com o planejamento orçamentário.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO • valores expressos em reais

ATIVO			2021	2020
CIRCULANTE				
Caixa e Bancos	NE 4		51.530	92.553
Aplicações Financeiras	NE 3.2 NE 4		12.125.264	9.712.449
Outros Créditos	NE 5		18.721	27.090
Depósitos Judiciais	NE 6		10.361	14.766
Despesas Pagas Antecipadamente	NE 3.3 NE 7		26.246	12.409
			12.232.123	9.859.266
NÃO CIRCULANTE				
Investimentos	NE 8		97.773	76.801
Imobilizado	NE 9		2.968.871	1.953.851
Bens Imóveis			3.307.261	2.147.567
(-) Amortização Acumulada	NE 3.4		(490.872)	(398.834)
Bens Móveis			551.942	661.935
(-) Depreciação Acumulada	NE 3.4		(399.459)	(456.817)
Intangível	NE 9		180.000	181.842
Direitos de Propriedade			195.734	195.734
(-) Amortização Acumulada	NE 3.4		(15.734)	(13.892)
			3.246.644	2.212.495
TOTAL DO ATIVO			15.478.767	12.071.761
PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			2021	2020
CIRCULANTE				
Obrigações a Pagar			333.523	319.801
Encargos Sociais e Impostos a Recolher			176.653	139.298
Provisões de Férias e Encargos			191.644	159.832
Contingências de Processos Trabalhistas	NE 10		250.000	123.000
Salários e Remunerações a Pagar			118.229	120.531
			1.070.050	862.463
PATRIMÔNIO SOCIAL				
Patrimônio Social	NE 14		14.408.717	11.209.298
			14.408.717	11.209.298
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL			15.478.767	12.071.761

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS SUPERÁVITS EM 31 DE DEZEMBRO • valores expressos em reais

			2021	2020
RECEITAS OPERACIONAIS				
Contribuições Cooperativistas			8.882.467	8.538.549
Receitas Sindicais	NE 11 NE 12 NE 13		1.403.790	1.497.445
Outras Receitas Correntes			122.691	61.774
			10.408.948	10.097.768
DESCONTOS SOBRE RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES			(954.598)	(921.727)
RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS			9.454.350	9.176.040
RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS				
Receitas Financeiras			528.912	306.341
Despesas Financeiras			(2.497)	(1.926)
Despesas Administrativas			(958.823)	(671.961)
Despesas com Viagens			(13.705)	(36.848)
Despesas com Pessoal			(1.970.358)	(2.827.345)
Despesas com Dirigentes e Conselheiros			(940.551)	(890.448)
Despesas com Assessoria Técnica			(463.591)	(271.472)
Despesas com Projetos e Eventos			(883.669)	(1.167.999)
Despesas Tributárias			(104.217)	(61.372)
Despesas com Sindicato	NE 13		(1.733.584)	(1.512.840)
Depreciações e Amortizações			(88.005)	(91.549)
Outras Despesas Operacionais			-	(6.597)
Provisões com Ações Judiciais			(150.000)	-
Ressarcimento de despesas operacionais			426.072	-
Ganho com Investimento			18.086	15.665
Alienação de Bens Móveis			81.000	-
			(6.254.930)	(7.218.350)
SUPERÁVIT NO EXERCÍCIO	NE 13		3.199.419	1.957.690

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO • valores expressos em reais

MÉTODO INDIRETO	2021	2020
Superávit do Exercício	3.199.419	1.957.690
Ajustes para Reconciliar o Superávit do Exercício		
Depreciações e Amortizações	154.513	176.289
Constituição de provisões para Contingências	127.000	123.000
Resultado com Investimento	(18.086)	(15.665)
Superávit Ajustado	3.462.846	2.241.314
Redução (aumento) nos Ativos		
Outros Créditos	8.369	(5.449)
Depósitos Judiciais	4.405	(285)
Despesas Pagas Antecipadamente	(13.837)	26.455
	(1.064)	20.721
Aumento (redução) nos Passivos		
Obrigações a Pagar	13.722	119.714
Encargos Sociais e Impostos a Recolher	37.355	(24.990)
Salários e Remunerações a Pagar	(2.302)	(22.551)
Provisões de Encargos	31.812	(105.261)
	80.587	(33.089)
RECURSOS LÍQUIDOS GERADOS NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.542.369	2.228.947
Recursos de Caixa Utilizados nas Atividades de Investimentos		
Adições aos Investimentos	(2.886)	(2.283)
Adições ao Ativo Imobilizado	(1.167.691)	(29.417)
RECURSOS LÍQUIDOS UTILIZADOS NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.170.576)	(31.700)
Aumento (redução) no Caixa e Equivalentes	2.371.793	2.197.247
Disponibilidades no Final do Exercício	12.176.794	9.805.001
(-) Disponibilidades no Início do Exercício	9.805.001	7.607.754
Aumento/Redução no Caixa e Equivalentes	2.371.793	2.197.247
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO

• valores expressos em reais

Valores	2021	2020
Saldo no início do Exercício	11.209.298	9.251.608
Superávit do Exercício	NE 13 3.199.419	1.957.690
Saldo no fim do Exercício	14.408.717	11.209.298
(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2021

• valores expressos em reais

NOTA 1. OBJETO SOCIAL E REPRESENTATIVIDADE

A Ocergs – Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objeto principal o registro, a certificação e a representação das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul, consoante a orientação e sob a coordenação da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB.

A Entidade obteve em 2001 o registro Sindical, passando a constar no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais – CNES, como representante da Categoria econômica das Cooperativas, com abrangência estadual e base territorial no Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a legislação comercial e fiscal vigente, com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, obedecidas as disposições emanadas das Normas Brasileiras de Contabilidade.

A Entidade não está obrigada à aplicação das alterações introduzidas pela Lei 11.638/07.

NOTA 3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS**3.1 – Regime de escrituração**

A Ocergs adota o regime de competência para o reconhecimento das despesas e o regime de caixa para o reconhecimento das receitas.

3.2 – Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão acrescidas dos rendimentos proporcionalmente incorridos até a data do balanço, remuneradas pela variação do CDI.

3.3 – Despesas pagas antecipadamente

As despesas antecipadas foram registradas no ativo circulante e estão sendo apropriadas mensalmente pelo regime de competência.

3.4 – Imobilizado/intangível

A depreciação e amortização do imobilizado e intangível, respectivamente, foi calculada pelo método linear sobre o valor contábil dos bens com base nas taxas admitidas pela Receita Federal do Brasil, não sendo consideradas estimativas de vida útil e valor residual recuperável.

NOTA 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Ocergs opera com duas instituições financeiras. A Caixa Econômica Federal, que possui a exclusividade na operacionalização da cobrança da Contribuição Sindical e com a Cooperativa de Crédito Sul Riograndense – Sicredi União Metropolitana/RS, para o recebimento da Contribuição Cooperativista e das demais operações bancárias.

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, estão vinculadas a produtos com remuneração pós-fixada e indexadores de rendimentos de 101,5% do CDI.

Disponibilidades	2021		Total 2021	2020		Total 2020
	Organização			Organização		
	Cooperativa	Sindical		Cooperativa	Sindical	
Fundo Fixo de Caixa	4.000	–	4.000	4.000	–	4.000
Conta Caixa Econômica Federal	–	4.462	4.462	–	258	258
Conta Cooperativa Sicredi	15.302	27.765	43.067	80.382	7.912	88.294
Soma Caixa e Bancos	19.302	32.227	51.530	84.382	8.171	92.553
Aplicações Financeiras Sicredi	10.913.564	1.211.700	12.125.264	8.735.232	977.216	9.712.449
Total das Disponibilidades	10.932.866	1.243.928	12.176.794	8.819.614	985.387	9.805.001

NOTA 5. OUTROS CRÉDITOS

Compreende créditos a receber conforme composição abaixo, os quais após deduzidos das Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa, resultaram em valor líquido de R\$ 18.721 em 2021 e de R\$ 27.090 em 2020.

Rubricas	2021	2020
Contribuição Cooperativista a Receber	208.067	109.426
Adiantamento a Empregados	4.755	4.800
Adiantamentos a Terceiros	13.966	22.290
Soma (antes da Provisão p/Cred. Liq. Duvidosa)	226.788	136.515
Provisão p/Cred. Liq. Duv. Contribuição Cooperativista	(208.067)	(109.426)
Total dos Outros Créditos (Valor Líquido)	18.721	27.090

• O crédito de R\$ 208.067 refere-se ao saldo das contribuições que não foram liquidadas pelas cooperativas, resultantes do convênio para recolhimento da contribuição cooperativista formalizado entre OCB e a Ocergs em 25 de novembro de 2020 (Processo Administrativo nº 066/2020), onde foram estabelecidos como piso e teto para o exercício de 2021, os valores de R\$ 745 e de R\$ 162.000, respectivamente.

A base de cálculo constitui-se da importância composta por 0,2% do valor do capital social integralizado, acrescido de quaisquer fundos e reservas registradas no patrimônio líquido existentes no encerramento do exercício social, excluídas a reserva de reavaliação e de ajuste de avaliação patrimonial e as sobras e perdas à disposição da Assembleia.

Os créditos de Contribuição Cooperativista estão registrados pelo valor total, sendo que 40% dos valores recebidos foram repassados à OCB e 60% foram registrados como receita da Ocergs, em conformidade com o dispositivo no convênio para recolhimento da Contribuição Cooperativista firmado entre as partes. A Administração optou pela constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa do valor histórico das contribuições não recebidas.

• O crédito de R\$ 13.966 é composto pelo saldo de R\$ 1.068 verificado no cartão utilizado para o pagamento das despesas com alimentação em eventos institucionais e por R\$ 12.898 referentes aos pagamentos antecipados de mídia digital nas redes sociais.

NOTA 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Tramitam na Justiça do Trabalho de Porto Alegre/RS, três ações movidas por ex-empregados do SESCOOP/RS, que pleiteiam direitos trabalhistas também contra a Ocergs. Nestas ações os reclamantes alegam que se trata de grupo empresarial e pedem, ao final, condenação solidária das duas reclamadas. Em razão das sentenças prolatadas pelo Magistrado na primeira instância, se fez necessário o depósito judicial no valor de R\$ 10.361 para a interposição de Recurso Ordinário e Recurso de Revista. Estes processos estão em fase recursal junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região e no Tribunal Superior do Trabalho.

NOTA 7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

O valor de R\$ 26.246 constante como despesas pagas antecipadamente é referente a operações efetuadas no ano de 2021 que se referem a despesas da competência de 2022, sendo R\$ 4.791 de seguros patrimoniais, R\$ 1.701 de IPVA, R\$ 108 de mensalidades associativas e R\$ 19.646 de cartão alimentação/ refeição dos colaboradores.

NOTA 8. INVESTIMENTOS

Os investimentos compreendem as seguintes participações:

Investimentos	Valor Contábil 2020	Aquisição	Baixas	Valor Contábil 2021
Participação Sicredi	72.803	20.741	-	93.544
Telefônica Brasil S.A.	2.998	230	-	3.229
Instituto Gaúcho do Leite – IGL	1.000	-	-	1.000
Total dos Investimentos	76.801	20.971	-	97.773

NOTA 9. COMPOSIÇÃO DO IMOBILIZADO E DO INTANGÍVEL

Imobilizado e Intangível	Taxas Deprec. Amortiz.	Valor Residual Contábil 2020	Movimentação no Período			Valor Residual Contábil 2021
			Aquisições	Baixas	Depreciação Amortização	
I – Imobilizado						
Bens Imóveis		1.748.733	1.159.694	-	(92.038)	2.816.389
Prédios	4,29%	1.748.733	-	-	(92.038)	1.656.695
Obras em andamento		-	1.159.694	-	-	1.159.694
Bens Móveis		205.117	7.997	(117.990)	57.358	152.482
Instalações	10%	39.998			(6.707)	33.291
Mobiliário	10%	58.429			(10.631)	47.798
Veículos	20%	37.268		(117.990)	97.328	16.606
Máquinas e Equipamentos	10%	14.014			(9.831)	4.183
Equipamentos de Informática	20%	23.528	7.997		(7.284)	24.241
Equipamentos de Comunicação	10%	26.173			(4.401)	21.772
Outros Bens Móveis	10%	5.707			(1.115)	4.592
Total do Imobilizado		1.953.851	1.167.691	(117.990)	(34.680)	2.968.871
II – Intangível						
Softwares	20%	1.842			(1.842)	-
Marcas e Patentes		180.000				180.000
Total do Intangível	-	181.842	-	-	(1.842)	180.000
III – Total Imobilizado/Intangível		2.135.693	1.167.691	(117.990)	(36.523)	3.148.871

NOTA 10. PROVISÃO DE CONTINGÊNCIAS

A administração da entidade, com base em parecer da assessoria jurídica, constituiu provisão de contingências de R\$ 250.000 para suportar eventual desembolso relacionado com os processos trabalhistas mencionados na Nota 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS.

NOTA 11. CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

A Ocergs realizou no dia 10 de dezembro de 2020, na modalidade digital por meio da plataforma Microsoft Teams, a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou a tabela dos valores, assim como a condição facultativa para o recolhimento da contribuição sindical do ano de 2021, ficando como opção das cooperativas tal pagamento.

NOTA 12. CONTRIBUIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE REPRESENTAÇÃO DA CATEGORIA PATRONAL

Na AGE realizada em 10 de dezembro de 2020 também foi aprovada, pela maioria das cooperativas presentes, e com finalidade de manutenção das atividades de representação categorial patronal, no plano nacional pela CNCOOP e no plano estadual pela Ocergs, uma contribuição obrigatória e extensiva a todos os integrantes da categoria econômica. Essa contribuição, conforme aprovação dos presentes, com vencimento até o dia 31 de janeiro de 2021 e recolhimento conforme boleto próprio, contempla um desconto de 32,62% (trinta e dois vírgula sessenta e dois por cento) dos valores-base sugeridos pela CNCOOP, desconto esse que produziu impacto exclusivamente nos valores do sindicato, dado que o percentual definido para o CNCOOP é indeclinável. A contribuição mínima foi definida em R\$ 69,43 e o teto em R\$ 32.678,48.

NOTA 13. RESULTADO CONSOLIDADO DAS ATIVIDADES

A Ocergs apurou um superávit consolidado de R\$ 3.199.419 no exercício de 2021. Este montante resulta dos R\$ 3.448.214 apurados na execução das atividades da organização cooperativa e do déficit de R\$ 248.794 apurados na execução das atividades da organização sindical, conforme receitas e despesas a seguir especificadas:

RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	Atividades da Organização		Resultado Consolidado
	Cooperativa	Sindical	
RECEITAS OPERACIONAIS			
Contribuição Cooperativista (líquida de descontos)	7.927.869	-	7.927.869
Contribuição Confederativa	-	1.403.790	1.403.790
Outras Receitas Correntes	122.691	-	122.691
TOTAL DAS RECEITAS OPERACIONAIS	8.050.560	1.403.790	9.454.350
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receitas Financeiras	528.912	71.643	600.555
Despesas Financeiras	(2.497)	(1.830)	(4.328)
Despesas Administrativas	(958.823)	(5.150)	(963.972)
Despesas com Viagens	(13.705)	(305)	(14.010)
Despesas com Pessoal	(1.970.358)	(129.174)	(2.099.531)
Despesas com Dirigentes e Conselheiros	(940.551)	(489.539)	(1.430.090)
Despesas com Assessoria Técnica	(463.591)	(102.000)	(565.591)
Despesas com Projetos e Eventos	(883.669)	(4.983)	(888.652)
Contribuição CNCoop	-	(564.179)	(564.179)
Despesas Tributárias	(104.217)	(15.488)	(119.705)
Depreciações e Amortizações	(88.005)	(66.508)	(154.513)
Provisões e Despesas com Ações Judiciais	(150.000)	-	(150.000)
Ressarcimento de despesas operacionais	426.072	(426.072)	-
Ganhos com Investimentos	18.086	-	18.086
Alienação de Bens Móveis	-	81.000	81.000
TOTAL DAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(4.602.346)	(1.652.584)	(6.254.930)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) NO EXERCÍCIO	3.448.213	(248.794)	3.199.419

NOTA 14. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

O quadro abaixo demonstra a evolução do Patrimônio Social dos últimos cinco anos.

Exercício	Superávit (Déficit) do Exercício			Patrimônio Social
	Organização		Total	
	Cooperativa	Sindical		
2017	1.515.734	466.344	1.982.078	7.743.015
2018	503.231	(336.038)	167.192	7.910.207
2019	1.217.204	124.197	1.341.401	9.251.608
2020	1.973.085	(15.395)	1.957.690	11.209.298
2021	3.022.141	177.278	3.199.419	14.408.717

NOTA 15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos relevantes entre a data do encerramento do exercício social e da elaboração das demonstrações contábeis (28/01/2022) que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira da Entidade.

Porto Alegre/RS, 31 de dezembro de 2021.

Vergilio Frederico Perius
Presidente

Norberto Tomasini
Superintendente

Alvaro Luis Brendler
Contador CRCRS 046988/0-0



NARDON / NASI
Auditores & Consultores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Dirigentes da
OCERGS – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO
GRANDE DO SUL
Porto Alegre-RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da OCERGS – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da OCERGS – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL em 31 de dezembro de 2021, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

A Entidade adota o procedimento de registrar as contribuições das cooperativas, tanto as cooperativistas como as sindicais/assistenciais, pelo regime de caixa. Todas as contribuições são lançadas nas contas correntes a receber de cada cooperativa e no mesmo ato provisiona todo o valor como perda, o que equivale a reconhecer a receita na medida em que vai recebendo efetivamente os valores. Assim sendo, todos os valores pendentes de recebimento estão provisionados integralmente como perda. Como as contribuições são anuais, os valores a receber no final do exercício são efetivamente de recebimento duvidoso. Dessa forma, nossa opinião mencionada no primeiro parágrafo deste relatório não se modifica em relação a este assunto.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 – 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS



NARDON / NASI
Audidores & Consultores

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis e com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 – 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE – RS



NARDON / NASI
Auditores & Consultores

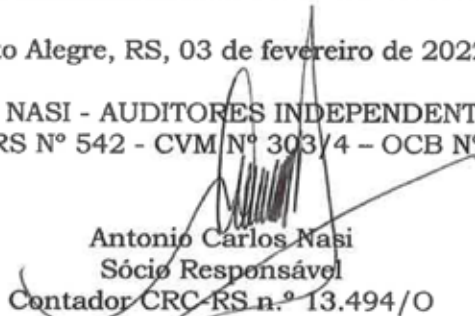
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 03 de fevereiro de 2022.

NARDON, NASI - AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC-RS Nº 542 - CVM Nº 303/4 - OCB Nº 15


Antonio Carlos Nasi
Sócio Responsável
Contador CRC-RS n.º 13.494/O

RUA DR. FLORÊNCIO YGARTUA, 270 - 9º ANDAR • FONES (51)3342.9388 / 3342.9424 • CEP 90430-010 • PORTO ALEGRE - RS



PARECER DO CONSELHO FISCAL DA OCERGS
EXERCÍCIO 2021

Os membros do Conselho Fiscal da OCERGS – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no cumprimento de suas atribuições regulamentares, analisaram os atos de gestão, a documentação das operações e as respectivas Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, compostas pelo Balanço Patrimonial, Demonstrações do Superávit do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e Notas Explicativas, julgando-as adequadas. Com base nas análises realizadas e amparados no Relatório dos Auditores Independentes, que examinaram as referidas Demonstrações Contábeis e emitiram relatório de opinião, sem ressalva, o Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral da OCERGS a aprovação das contas do exercício encerrado 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre/RS, 03 de março de 2022.

Paulo Abreu Barcellos
Conselheiro Coordenador

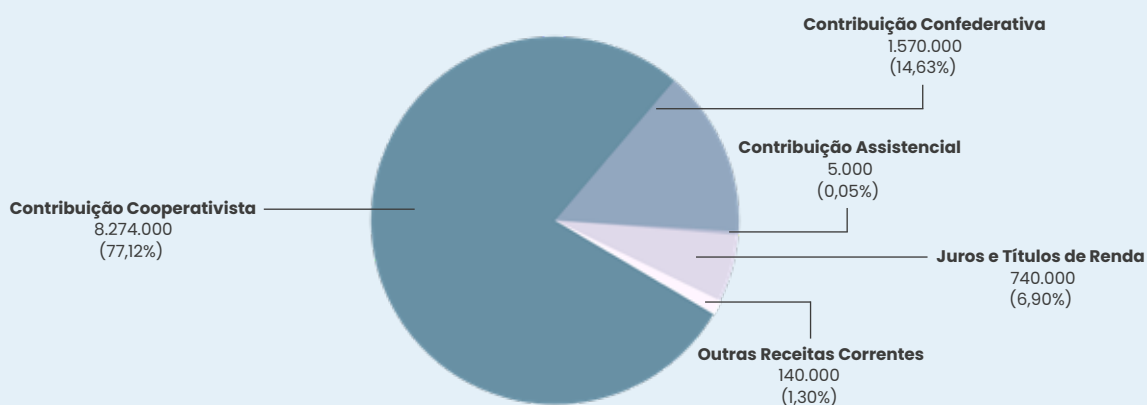
João Vicente Bassols
Conselheiro Secretário

José Paulo Kraemer Salerno
Conselheiro

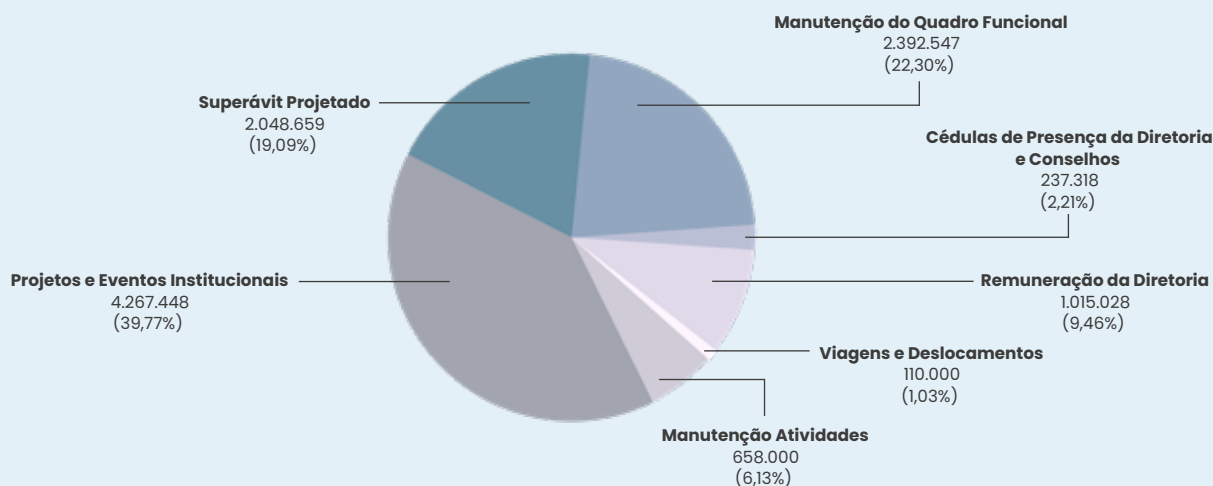
*Documento assinado digitalmente.

PLANO DE TRABALHO – EXERCÍCIO 2022

Origem dos Recursos	Organização		
	Cooperativa	Sindical	Total
Contribuição Cooperativista	8.274.000	–	8.274.000
Contribuição Confederativa	–	1.570.000	1.570.000
Contribuição Assistencial	–	5.000	5.000
Juros de Títulos de Renda	680.000	60.000	740.000
Outras Receitas Correntes	140.000	–	140.000
Soma	9.094.000	1.635.000	10.729.000



Aplicação dos Recursos	Organização		
	Cooperativa	Sindical	Total
Manutenção do Quadro Funcional	2.238.470	154.077	2.392.547
Cédulas de Presença da Diretoria e Conselhos	213.198	24.120	237.318
Remuneração da Diretoria	695.512	319.516	1.015.028
Viagens e Deslocamentos	100.000	10.000	110.000
Manutenção Atividades	425.700	232.300	658.000
Projetos e Eventos Institucionais	3.661.648	605.800	4.267.448
Soma	7.334.528	1.345.813	8.680.341
Superávit Projetado	1.759.472	289.187	2.048.659
Total	9.094.000	1.635.000	10.729.000



PLANO DE TRABALHO – EXERCÍCIO 2022

	Objetivos	Linhas de ação	Valor	%
Objetivos Finalísticos R\$ 4.234.246 (48,78%)	Apoiar as cooperativas na sua inserção em mercados	Promoção de rodadas de negócios, missões, visitas técnicas e participações em feiras nacionais e internacionais	468.100	5,39%
	Contribuir para o aperfeiçoamento do marco regulatório do cooperativismo e políticas públicas	Monitoramento e atuação em normativos, regulações, políticas e ações administrativas e judiciais	108.000	1,24%
	Fortalecer a representação política e institucional do cooperativismo	Fortalecimento das estruturas e processos com foco na defesa e promoção do cooperativismo perante o poder público	700.000	8,06%
		Aprimoramento da atuação das Frentes Parlamentares do cooperativismo	10.000	0,12%
		Fomento à atuação dos conselhos consultivos dos ramos	213.198	2,46%
	Fortalecer a imagem do cooperativismo e do Sistema OCB	Divulgação do Cooperativismo e seus benefícios	365.000	4,20%
		Desenvolvimento de ações para unificar as mensagens do Sistema OCB	735.512	8,47%
	Promover a inovação no cooperativismo	Promoção da intercooperação para o compartilhamento de conhecimento e acesso a novas tecnologias	300.000	3,46%
		Fomento à cultura da inovação nas cooperativas	30.000	0,35%
		Incentivo às <i>startups</i> , aceleradoras e outros parceiros a desenvolverem soluções para o cooperativismo	110.000	1,27%
	Disseminar conhecimentos em prol do cooperativismo	Sistematização e disseminação de informações, boas práticas e conhecimentos relevantes para as cooperativas e demais partes interessadas	200.000	2,30%
		Promoção de debates em torno dos desafios atuais e futuros do cooperativismo	50.000	0,58%
	Coordenar o Sistema Sindical cooperativista	Padronização dos procedimentos para atuação do sistema de representação e defesa sindical do cooperativismo	343.636	3,96%
	Consolidar a representatividade e imagem do Sistema Cooperativista	Desenvolvimento da capacitação das lideranças para atuação sindical no Sindicato	20.000	0,23%
Atuar na defesa dos interesses da categoria econômica das cooperativas	Fortalecimento do reconhecimento da categoria econômica cooperativista	580.800	6,69%	
Objetivos de Gestão do Sistema R\$ 4.446.095 (51,22%)	Aprimorar a governança e a gestão nas Unidades Nacional e Estaduais	Otimização dos processos de suporte e gestão	281.800	3,25%
		Fortalecimento do relacionamento com as partes interessadas	60.000	0,69%
	Aprimorar a gestão de pessoas com foco em resultados	Aprimoramento da gestão de pessoas com foco na retenção e produtividade dos colaboradores	35.000	0,40%
		Desenvolvimento da gestão de clima e cultura organizacional	50.000	0,58%
	Manutenção da Estrutura e Investimentos	Estrutura do quadro funcional	2.392.547	27,56%
		Gastos com viagens	110.000	1,27%
Gastos com a manutenção das atividades		1.516.748	17,47%	
Total (Objetivos Finalísticos e de Gestão do Sistema)			8.680.341	100,00%



SESCOOP/RS

Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
no Estado do Rio Grande do Sul

SESCOOP/RS

Prestação de Contas **2021** · Plano de Trabalho **2022**

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis compostas pelo balanço patrimonial e orçamentário e as respectivas demonstrações de resultados, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio social e notas explicativas a seguir apresentadas, além de se prestarem ao cumprimento dos dispositivos legais que tratam dos itens que compõem a prestação de contas anual, traduzem a preocupação da diretoria executiva com a transparência das informações repassadas ao público de interesse.

Devidamente aprovadas pelo Conselho Fiscal e referendadas pelo Conselho Administrativo, com relatório de opinião dos auditores independentes, sem ressalva, exibem, em números, a segurança com que as operações e finanças do SESCOOP/RS são geridas, no cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho e em consonância com o planejamento orçamentário e normas de aplicação dos recursos.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO • valores expressos em reais

ATIVO • valores expressos em reais

		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		155.612.048	132.149.858
Caixa e equivalentes de caixa	NE 3	155.288.408	131.815.086
Créditos e valores a receber	NE 4	147.115	145.523
Estoque		51.751	62.380
Despesas pagas antecipadamente	NE 5	124.775	126.869
NÃO CIRCULANTE		7.428.161	6.126.905
Depósitos judiciais	NE 6	2.457.767	720.570
Investimentos	NE 7	-	30.005
Imobilizado	NE 8	4.955.263	5.344.234
Intangível	NE 9	15.131	32.096
TOTAL DO ATIVO		163.040.209	138.276.763

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO • valores expressos em reais

		31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE		6.899.592	5.636.908
Contas a pagar	NE 10	5.078.651	3.974.291
Salários, encargos sociais e impostos a recolher	NE 11	767.653	691.116
Provisões trabalhistas e previdenciárias	NE 12	1.053.288	971.501
NÃO CIRCULANTE		2.814.805	1.167.119
Provisões para demandas judiciais	NE 13	2.814.805	1.167.119
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		153.325.811	131.472.737
Patrimônio Social	NE 14	153.325.811	131.472.737
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		163.040.209	138.276.763

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS • valores expressos em reais

		31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	NE 15	51.131.750	41.343.754
DESPESAS		(34.193.694)	(23.812.779)
Pessoal, encargos e benefícios sociais	NE 16	(10.203.144)	(9.705.573)
Administrativas	NE 17	(710.076)	(592.635)
Institucionais	NE 18	(6.910.814)	(4.991.342)
Serviços de terceiros	NE 19	(16.483.219)	(8.463.104)
Tributárias	NE 20	(118.093)	(119.277)
Provisões para demandas judiciais	-	-	(48.000)
Depreciação e amortização	NE 9/10	(223.694)	(311.487)
Outras receitas e despesas	-	455.345	418.639
SUPERÁVIT/DÉFICIT		16.938.055	17.530.975
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	NE 21	4.915.019	3.494.035
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		21.853.075	21.025.011

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

• valores expressos em reais

	Patrimônio Social	Outras Reservas	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	110.447.726	-	-	-	110.447.726
Superávit do exercício				21.025.011	21.025.011
Transferência do superávit para patrimônio social/outras reservas	21.025.011			(21.025.011)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	131.472.737	-	-	-	131.472.737
Superávit do exercício				21.853.075	21.853.075
Transferência do superávit para patrimônio social/outras reservas	21.853.075			(21.853.075)	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	153.325.811	-	-	-	153.325.811

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO • valores expressos em reais

	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit líquido do exercício	21.853.075	21.025.011
Ajuste para conciliar o superávit líquido do exercício ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	223.694	311.487
Baixas de valor residual do ativo imobilizado	227.381	211
Superávit do exercício ajustado	451.075	311.699
(Aumento)/redução nos ativos		
Créditos e valores a receber	(1.592)	(83.254)
Estoques	10.629	2.803
Despesas pagas antecipadamente	2.094	(10.358)
Depósitos judiciais	(1.737.197)	(720.570)
Variação nos ativos operacionais	(1.726.066)	(811.379)
Aumento/(redução) nos passivos		
Contas a pagar	1.104.360	(1.595.766)
Salários, encargos sociais e impostos a recolher	76.536	(285.985)
Provisões trabalhistas e previdenciárias	81.788	(38.446)
Provisões para demandas judiciais	1.647.686	854.119
Variação nos passivos operacionais	2.910.371	(1.066.078)
FLUXO DE CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	23.488.454	19.459.252
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adições ao ativo imobilizado	(45.138)	(77.583)
Adições aos investimentos	30.005	(26.056)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(15.133)	(103.639)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	23.473.321	19.355.613
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	131.815.086	112.459.474
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	155.288.408	131.815.086
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	23.473.321	19.355.613

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

• valores expressos em reais

Natureza de Receita	2021		Executado em 2021	% Executado
	Previsto Original	Previsto Ajustado		
Receitas Correntes	45.476.992	50.697.859	56.311.142	111%
Contribuições SESCOOP	41.588.813	46.347.880	50.301.885	109%
Receitas patrimoniais	2.889.713	3.296.892	4.924.554	149%
Receitas de serviços	885.311	876.455	829.865	95%
Outras receitas correntes	113.155	176.632	254.838	144%
Total das receitas correntes	45.476.992	50.697.859	56.311.142	111%
Receitas de Capital	-	269.990	256.541	95%
Alienação de bens	-	269.990	256.541	95%
Total das receitas de capital	-	269.990	256.541	95%
Receitas de anos anteriores	12.564.012	-	-	0%
Receitas de anos anteriores	12.564.012	-	-	0%
Total de Receitas	58.041.004	50.967.849	56.567.683	111%

Natureza de Despesa				
Despesas Correntes	56.469.004	50.776.449	34.434.881	68%
Pessoal e encargos sociais	11.289.218	10.555.110	10.203.144	97%
Outras despesas correntes	45.179.786	40.221.339	24.231.737	60%
Total das despesas correntes	56.469.004	50.776.449	34.434.881	68%
Despesas de capital	1.572.000	191.400	45.138	24%
Investimentos	1.572.000	191.400	45.138	24%
Total das despesas de capital	1.572.000	191.400	45.138	24%
Total de Despesas	58.041.004	50.967.849	34.480.019	68%

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

• Valores expressos em reais, exceto quando indicado

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 03 de setembro de 1998, a Medida Provisória nº 1.715/1998 criou o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP). O Decreto nº 3.017/1999, de 06 de abril do ano seguinte, complementou o ato inaugural e instituiu os regulamentos e demais dispositivos que lhe balizam a atuação.

O SESCOOP integra o Sistema Cooperativista Brasileiro e fornece-lhe suporte em formação profissional – técnica e gerencial – e na promoção social dos cooperados, empregados e familiares, além de apoiar diretamente a operação das cooperativas.

Formalmente, é entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, constituída sob o estatuto de serviço social autônomo.

Seus recursos são de natureza parafiscal: originam-se das cooperativas, que contribuem com um percentual de 2,5% sobre as folhas de pagamento, conforme preceitua o artigo 12 do Decreto-lei nº 3.017 de abril de 1999:

“A distribuição e forma de utilização dos recursos aludidos neste capítulo serão definidos no Regimento Interno.”

As responsabilidades sociais do Sescop evidenciam-se, particularmente, na ênfase conferida às atividades capazes de produzir efeitos socioeconômicos condizentes com os objetivos do Sistema Cooperativista.

O Sistema Sescop opera em todo o território brasileiro. Compõe-se de uma unidade nacional – o Sescop NA, com sede em Brasília – e de 27 unidades estaduais que atuam nos 26 Estados da Federação e no Distrito Federal. Conta, em função dessa estrutura, com grande capilaridade, o que entre outras vantagens confere-lhe flexibilidade ímpar no atendimento às cooperativas.

O Sescop está sujeito, ainda, à auditoria externa e tem sua execução orçamentária sob o crivo do Tribunal de Contas da União, o qual tem poderes para efetuar fiscalizações contábil e financeira, além de inspeções e auditorias operacionais e patrimoniais, nos termos dos artigos 70 e 71 da Carta Magna e artigos 1º e 5º da Lei nº 8.443/1992 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União), bem como enviar à Controladoria Geral da União, conforme preceitua a Lei nº 11.768, de agosto de 2008, do artigo 6º, § 3º:

“As entidades constituídas sob a forma de serviço social autônomo, destinatárias de contribuições dos empregadores, incidentes sobre a folha de salários, deverão divulgar, pela internet, dados e informações acerca dos valores recebidos à conta das contribuições, bem como das aplicações efetuadas, discriminadas por finalidade e região.”

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos, entende que é uma Entidade isenta conforme previsto pela Lei 9.532/1997. De acordo com o inciso I do artigo 12 do Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999, com as alterações introduzidas pela Lei nº 9.732, de 1998, estando isento também da contribuição social.

As operações dos Sescops estaduais são substancialmente mantidas por meio de recebimentos do repasse de recursos efetuados pelo Sescop Nacional. Havendo déficit apurado no exercício, este será absorvido pelo patrimônio social (superávit acumulado).

A entidade não tem outros resultados abrangentes além do resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram emitidas em 07 de fevereiro de 2022, e estão devidamente autorizadas para aprovação do Conselho Fiscal e deliberação do Conselho Administrativo.

1.1. IMPACTO DA COVID-19

O Sescop/RS tem envidado esforços para minimizar os impactos decorrentes da atual pandemia da COVID-19 nas operações, além de adotar diversas medidas de proteção à saúde, bem-estar e segurança de seus colaboradores.

O ambiente administrativo do Sescop/RS sofreu impacto especificamente devido às alterações de trajetória em face das medidas de isolamento social para prevenção da COVID-19, ainda que a entidade tenha adotado alternativas para a continuidade das operações. No exercício de 2021 houve grande redução de algumas despesas voltadas a viagens e hospedagens, entretanto, em contrapartida houve aumento de despesas com Tecnologia da Informação, tendo em vista, o novo cenário de soluções digitais oferecidas às nossas cooperativas, como a disponibilização de cursos na modalidade virtual e também, ferramentas que permitissem o trabalho remoto dos nossos colaboradores.

A Administração do Sescop/RS vem monitorando de forma constante os impactos econômico-financeiros desta pandemia que afetam adversamente os seus resultados, e neste momento, destaca-se, a estabilidade da receita direta da entidade, fato que, demonstra a força e importância do sistema cooperativista para a economia brasileira.

NOTA 2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas em observância a determinações contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 11 e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

NOTA 2. PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas em observância a determinações contidas na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público – NBC TSP II e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Essas são demonstrações contábeis anuais elaboradas de forma a aplicar os requerimentos contidos nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. A adoção das normas não produziu efeitos que prejudiquem a comparabilidade sobre a posição patrimonial e financeira da entidade nos períodos anteriormente apresentados, assim como não se identificaram efeitos de estimativas ou tampouco a necessidade de aplicação retrospectiva de estimativas distintas entre os anos anteriormente divulgados.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Entidade é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2. Principais práticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis

2.2.1. Apuração do resultado

O resultado das operações do SESCOOP/RS, especificamente as suas despesas, é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de contribuições destinadas ao SESCOOP/RS são reconhecidas contabilmente quando da sua origem, a qual se dá através dos efetivos repasses recebidos. As receitas próprias são classificadas em “sem contraprestação” e as receitas de terceiros “com contraprestação”, conforme os termos das NBCs TSP 01 e 02.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.2.3. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, incluindo ainda, quando aplicável, os juros capitalizados durante o período de construção, para os casos de ativos qualificáveis, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos, quando necessário, para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização.

A Administração, a partir da adoção às NBCs TSP, em especial a NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, adota o Modelo de Custo para mensuração após o reconhecimento. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a Nota Explicativa nº 8.

A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação, ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.4. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. A Administração revisa anualmente o valor estimado de realização dos ativos, e taxa de amortização, levando em consideração sua vida útil. A amortização dos bens é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 9.

2.2.5. Recuperabilidade de ativos (*Impairment*)

O Sescoop/RS avaliou no encerramento do exercício social se existiram evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirmasse a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e essa pudesse ser estimada de maneira confiável, o Sescoop/RS reconheceria no resultado a perda por *impairment*.

2.2.6. Contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso ordinário das atividades operacionais. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor pactuado em contrato, documento similar hábil ou documento fiscal legal, os quais propiciem ao Sescoop/RS bases confiáveis de mensuração de valor e realização do fato gerador objeto de registro por competência. Na prática, são, normalmente, reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.2.7. Salários, encargos sociais e provisões trabalhistas

Os salários, incluindo provisões para férias, 13º salário e os pagamentos complementares negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais correspondentes, são apropriados pelo regime de competência.

2.2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor do Sescoop/RS e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo foi reconhecido no balanço patrimonial quando o Sescoop/RS possuir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e consideram as premissas definidas pela administração da entidade e seus assessores jurídicos de acordo com os critérios da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.9. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras são reconhecidas pelo regime de competência.

2.2.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Aplicada ao Setor Público - NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis da entidade é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras operações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, várias estimativas referentes à seleção da vida útil de bens do imobilizado, dos ativos intangíveis, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao próprio processo de estimativa.

A Administração da entidade monitora e revisa estas estimativas e suas premissas em bases anuais.

A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:

a) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável estimado, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

b) Provisões para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de provisões, ativos e passivos contingentes são efetuadas de acordo com os critérios da NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, as quais são as seguintes:

- **Provisão** – é um passivo de prazo ou valor incerto, que deve ser reconhecida quando:

- (i) a entidade tem obrigação presente (formalizada ou não) decorrente de evento passado;
- (ii) for provável que seja necessária a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para que a obrigação seja liquidada; e
- (iii) uma estimativa confiável possa ser realizada acerca do valor da obrigação.

- **Passivo Contingente** – é uma obrigação possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não completamente sob o controle da entidade ou uma obrigação presente que decorre de eventos passados, mas não é reconhecida porque:

- (i) é improvável que a saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços seja exigida para liquidar a obrigação; ou
- (ii) o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade.

- **Ativo Contingente** – é um ativo possível que resulta de eventos passados, e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não completamente sob o controle da entidade.

(i) Ativos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações contábeis, uma vez que podem resultar no reconhecimento de receitas que nunca virão a ser realizadas. Entretanto, quando a realização da receita é virtualmente certa, o ativo não é mais ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

2.4. Gestão de riscos

a) Gestão de risco financeiro

A gestão de risco da entidade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela administração e estrutura corporativa da entidade, assim composta:

- Diretoria executiva: órgão de gestão administrativa da entidade;
- Conselho fiscal: órgão de assessoramento do conselho administrativo, para assuntos de gestão patrimonial e financeira;
- Conselho administrativo: órgão colegiado que detém o poder originário e soberano da entidade.

A entidade gere e administra suas disponibilidades financeiras, aplicando seus recursos conforme Lei Complementar nº 161, de 4 de janeiro de 2018 e Resolução nº 1840/2019 do Conselho Nacional, que especifica diretrizes para contratação de instituições financeiras. Ainda assim, o SESCOOP/RS restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Bancos	149.207	70.381
Aplicações financeiras	155.139.201	131.744.705
Total	155.288.408	131.815.086

3.1. Aplicações financeiras

Instituição	Modalidade	31/12/2021	31/12/2020
CEF – Aplic. curto prazo	CDB – DI	-	74.552.348
CEF – Aplic. curto prazo	CDB – DI	-	1.735.447
Sicredi – Aplic. curto prazo	CDB – DI	126.472.891	53.773.245
Sicredi – Aplic. curto prazo	CDB – DI	4.426.277	1.683.665
Unicred – Aplic. curto prazo	CDB – DI	24.240.033	-
Total		155.139.201	131.744.705

NOTA 4. CRÉDITOS E VALORES A RECEBER

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Clientes PJ	7.009	25.579
Adiantamento de férias	60.088	68.121
Adiantamento para viagens	4.022	-
Adiantamento para despesas	250	250
Outros créditos	6.802	5.398
Depósitos judiciais	68.944	46.175
Créditos e valores a receber de terceiros – PJ (a)	216.691	216.691
Créditos e valores a receber de terceiros – PF (b)	5.500	5.500
(-) Provisão p/perdas de valores a receber de terceiros – PJ	(216.691)	(216.691)
(-) Provisão p/perdas de valores a receber de terceiros – PF	(5.500)	(5.500)
Total	147.115	145.523

a) O crédito refere-se a repasses à Cooperativa de Educadores do Estado do Rio Grande do Sul Ltda., no exercício de 2001, contemplados pela Sindicância SESCOOP/RS nº 002/2006, instituída através da Portaria nº 016 de 23 de novembro de 2006 e que recomenda ao final a instauração de Tomada de Contas Especial, que foi executada através do Processo nº 116/07C, no qual foram apurados valores históricos dos repasses. Esgotadas as medidas administrativas, remeteu-se o referido processo em 23 de julho de 2007 ao Tribunal de Contas da União para adoção das medidas legalmente previstas em relação à matéria. Em 29 de dezembro de 2009, por determinação do Tribunal de Contas da União, o SESCOOP/RS ajuizou Ação de Cobrança mediante processo de natureza ordinária, que tramita na comarca de Sapucaia do Sul/RS, cujo processo foi tombado sob o nº. 035/1.09.0007717-0. Em 2010, a Entidade optou pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante do crédito. Após ter encerrado a perícia nos documentos integrantes do referido processo, encontra-se, agora, em fase de sentença;

b) O crédito refere-se à contrapartida correspondente aos 30% das parcelas das bolsas de estudos não adimplidas pelos alunos matriculados no curso de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas ministrado pela Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo – ESCOOP. Fez-se necessário o ajuizamento de execução visando a cobrança das mensalidades não quitadas, com a devida correção. A Entidade optou pela constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante do crédito.

NOTA 5. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Seguro de veículos	4.630	9.717
Seguro de bens imóveis	7.602	10.911
IPVA antecipado	7.266	13.182
IPTU antecipado	105.277	93.058
Total	124.775	126.869

NOTA 6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Trata-se de ação, na qual o SESCOOP/RS pleiteia, por ser serviço social autônomo e, por consequência, uma entidade beneficente sem fins lucrativos nos termos do § 7º, do art. 195, da CF/88 c/c o art. 14, do Código Tributário Nacional:

1. Em tutela de urgência, a suspensão da exigibilidade das contribuições sobre seguridade social e de terceiros (contribuição previdenciária patronal, Rat/Sat, PIS, contribuições destinadas a terceiros, como Incra, Funrural, Salário-educação);

2. No mérito, o reconhecimento da inexigibilidade das contribuições sobre seguridade social e de terceiros (contribuição previdenciária patronal, Rat/Sat, PIS, contribuições destinadas a terceiros), declarando-se sua imunidade e a isenção tributária por ser serviço social autônomo e, por consequência, entidade beneficente sem fins lucrativos, o afastamento da exigência da apresentação do CEBAS.

Em atenção à sentença e ao acórdão que reconheceram a inexigibilidade das contribuições citadas, tais valores passaram a ser recolhidos judicialmente e deverão assim permanecer até o trânsito em julgado da ação. O qual segue representado a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósito judicial – INSS	2.363.657	695.533
Depósito judicial – PIS	94.110	25.036
Total	2.457.767	720.570

NOTA 7. INVESTIMENTOS

Investimentos	31/12/2020	Atualização	31/12/2021
Participação Sicredi União Metropolitana RS	30.005	(30.005)	-
Total	30.005	(30.005)	-

NOTA 8. IMOBILIZADO

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo imobilizado sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de depreciação e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do SESCOOP/RS. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

Descrição	Taxa Anual Depreciação	Custo	31/12/2021	Líquido	31/12/2020
			Depreciação		Líquido
Imóveis	2,5%	2.971.501	(1.040.664)	1.930.837	1.994.244
Terrenos	-	2.502.792	-	2.502.792	2.502.792
Móveis e utensílios	10%	794.541	(669.255)	125.286	101.083
Veículos	20%	309.544	(62.557)	246.987	505.500
Máquinas e equipamentos	10%	126.267	(85.253)	41.014	43.387
Equipamentos de informática	20%	1.091.488	(1.007.679)	83.809	167.352
Equipamentos de comunicação	10%	81.517	(56.979)	24.538	29.877
Outros bens móveis	10%	25.457	(25.457)	-	-
Total		7.903.107	(2.947.844)	4.955.263	5.344.234

Destacamos a seguir a movimentação do Imobilizado em 2021:

Descrição	Líquido 31/12/2020	Adição	Baixa	Depreciação	Líquido 31/12/2021
Imóveis	1.994.244	-	-	(63.407)	1.930.837
Terrenos	2.502.792	-	-	-	2.502.792
Móveis e utensílios	101.083	40.649	(119)	(16.327)	125.286
Veículos	505.500	-	(227.262)	(31.251)	246.987
Máquinas e equipamentos	43.387	4.489	-	(6.862)	41.013
Equipamentos de informática	167.352	-	-	(83.543)	83.809
Equipamentos de comunicação	29.877	-	-	(5.339)	24.538
Total	5.344.234	45.138	(227.381)	(206.729)	4.955.263

NOTA 9. INTANGÍVEL

A Entidade constituiu comissão para avaliar os bens do ativo intangível sobre os aspectos de tempo de vida útil, taxas de amortização e avaliação. A comissão não encontrou valor residual relevante e/ou alteração no tempo de vida útil dos bens patrimoniais do SESCOOP/RS. Conforme registros e controles existentes, não sendo realizado nenhum ajuste contábil em decorrência desta avaliação.

Descrição	Taxa Anual Depreciação	31/12/2021			31/12/2020
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Direito de uso de <i>software</i>	20%	337.599	(322.468)	15.131	32.096
Total		337.599	(322.468)	15.131	32.096

Destacamos a seguir a movimentação do Intangível em 2021:

Descrição	Líquido 31/12/2020	Adição	Baixa	Amortização	Líquido 31/12/2021
Direito de uso de <i>software</i>	32.096	-	-	(16.965)	15.131
Total	32.096	-	-	(16.965)	15.131

NOTA 10. CONTAS A PAGAR

São obrigações decorrentes dos compromissos assumidos por conta das aquisições de bens e serviços para manutenção das atividades-fim e meio do SESCOOP/RS com vencimento médio de 30 dias, cuja posição, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, está descrita a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores – PJ	1.752.350	1.010.451
Convênio de apoio financeiro (a)	3.321.301	2.963.839
Bolsa auxílio estagiários	5.000	-
Total	5.078.651	3.974.291

(a) O valor existente sob a rubrica de “Convênios de Apoio Financeiro” refere-se a projetos descentralizados, executados nas formas das Resoluções SESCOOP/RS nº 08/2007; nº 92/2016; nº 132/2019; nº 134/2019; nº 141/2020 e nº 149/2020, que tiveram sua execução e prestação de contas até o período, com o reembolso dos valores programados para o ano de 2022.

NOTA 11. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E IMPOSTO A RECOLHER

Os valores desse grupo de contas representam as obrigações decorrentes da folha de pagamento dos funcionários e demais pessoas jurídicas e físicas prestadoras de serviços, cuja posição e comentários analíticos estão descritos a seguir:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Salários, encargos sociais e impostos a pagar	662.723	646.702
Consignáveis de terceiros	102.818	44.284
Encargos sobre terceiros	2.111	130
Total	767.653	691.116

NOTA 12. PROVISÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações com férias, abono pecuniário, adicional de 1/3 das férias, adicional de 1/3 do abono pecuniário e encargos sociais incidentes, cujos valores são provisionados mensalmente e baixados pela ocasião da concessão das férias.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Férias e abono pecuniário	794.106	732.103
INSS sobre férias	187.848	173.508
FGTS sobre férias	63.408	58.568
PIS sobre férias	7.926	7.321
Total	1.053.288	971.501

NOTA 13. PROVISÕES PARA DEMANDAS JUDICIAIS

O SESCOOP/RS é parte em processos administrativos e judiciais de natureza civil e trabalhista, avaliados pelos consultores jurídicos como probabilidade de perda provável.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Contingências cíveis (a)	50.000	50.000
Contingências trabalhistas	240.000	263.000
INSS a recolher contestado (b)	2.423.930	819.574
PIS a recolher contestado (b)	100.875	34.545
Total	2.814.805	1.167.119

(a) A provisão do processo nº 035/1.09.00007717-0 é referente ao processo judicial movido contra a Cooperativa de Educadores do Estado do Rio Grande do Sul Ltda., no exercício de 2001, contemplados pela Sindicância Sescop/RS nº 002/2006. O Tribunal de Contas da União determinou a adoção das medidas judiciais necessárias, quando então fora ajuizada Ação de Cobrança mediante processo de natureza ordinária, que tramita na comarca de Sapucaia do Sul/RS. Tendo em vista a classificação de ganho como “possível”, faz-se necessário o provisionamento para custear eventuais honorários advocatícios;

b) Declaração de imunidade tributária sobre toda e qualquer contribuição social incidente sobre a folha de pagamento de seus empregados bem como o reconhecimento da isenção fiscal ampla com a exoneração das contribuições tributárias de terceiros. Com isso as obrigações a recolher estão sendo reconhecidas no passivo a longo prazo em contrapartida do depósito judicial. Conforme explicado na Nota explicativa nº 6.

NOTA 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio social é composto substancialmente de superávits acumulados.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio social	153.325.811	131.472.737
Total	153.325.811	131.472.737

NOTA 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são demonstradas conforme a NBC TSP 01 – Receita de Transação com Contraprestação e NBC TSP 02 – Receita de Transação sem Contraprestação.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas sem contraprestação		
Receitas de contribuições (sem restrição) (a)	50.301.885	40.701.283
Receitas com contraprestação		
Receitas de serviços educacionais (sem restrição) (b)	829.865	642.471
Total	51.131.750	41.343.754

(a) Refere-se às contribuições realizadas pelas cooperativas do Estado, por meio do pagamento da GPS e repasse do INSS (2,5% sobre a folha de pagamento) para o Sescop Nacional;

b) O valor refere-se à cobrança das mensalidades dos alunos matriculados nos cursos e serviços oferecidos pela Faculdade de Tecnologia do Cooperativismo - ESCOOP.

NOTA 16. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Vencimentos e remunerações	(6.671.015)	(6.421.585)
Encargos sociais patronais	(2.219.093)	(2.086.723)
Benefícios sociais	(1.290.432)	(1.195.630)
Remunerações variáveis	(22.604)	(1.636)
Total	(10.203.144)	(9.705.573)

NOTA 17. ADMINISTRATIVAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com dirigentes/conselheiros	(182.820)	(129.276)
Ocupação e serviços públicos	(145.580)	(134.630)
Despesas de comunicação	(142.559)	(157.222)
Material de consumo	(188.738)	(116.400)
Passagens e locomoções	(17.354)	(11.528)
Diárias e hospedagens	(33.025)	(43.579)
Total	(710.076)	(592.635)

NOTA 18. INSTITUCIONAIS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Locações	(77.000)	(78.980)
Materiais e divulgação	(410.498)	(34.355)
Materiais para treinamento	(255.051)	(114.510)
Serviços e divulgações institucionais	(13.170)	(19.848)
Auxílios financeiros a estudantes	(5.023.912)	(4.718.678)
Auxílios educacionais	(1.131.183)	(24.971)
Total	(6.910.814)	(4.991.342)

NOTA 19. SERVIÇOS DE TERCEIROS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Serviços especializados	(16.220.404)	(7.980.963)
Serviços de transporte	(14.344)	(15.077)
Serviços gerais	(73.321)	(97.932)
Estagiários	(35.969)	-
Outros serviços	(65.385)	(103.059)
Outros serviços de terceiros - PF	-	(118.198)
Outros serviços de terceiros - PJ	-	(97.323)
Encargos sobre serviços de terceiros	(73.796)	(50.551)
Total	(16.483.219)	(8.463.104)

NOTA 20. TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Tributos federais	(1.165)	(1.266)
Tributos estaduais	(13.182)	(14.239)
Tributos municipais	(93.866)	(83.174)
Outras despesas tributárias	(9.879)	(20.598)
Total	(118.093)	(119.277)

NOTA 21. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Receitas de aplicações financeiras e outras receitas financeiras	4.924.554	3.509.506
Despesas bancárias e outras despesas financeiras	(9.535)	(15.471)
Total	4.915.019	3.494.035

A administração da entidade, baseada no posicionamento técnico de seus assessores jurídicos entendem pela imunidade conforme apresentado de forma prevista no anexo III, art. 72 da Instrução Normativa 1585/2015 que a entidade é imune de qualquer tipo de imposto, inclusive sobre os rendimentos decorrentes de aplicações financeiras.

NOTA 22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

22.1. Remunerações do pessoal-chave da Administração

De acordo com o regimento interno do Sescoop, é princípio sistêmico a não remuneração dos membros dos conselhos administrativo e fiscal, exceto pelo pagamento de cédulas de presenças quando da participação das reuniões ordinárias e extraordinárias.

NOTA 23. INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

23.1. Execução e estrutura do orçamento do Sescoop/RS na forma da Demonstração Contábil

O Conselho Federal de Contabilidade – CFC, por meio da resolução NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, publicada em 31 de outubro de 2018, estabelece

que as informações orçamentárias das entidades que publicam seu orçamento aprovado, devem ser incluídas nas demonstrações contábeis.

A estrutura da demonstração orçamentária em conformidade com a NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis ressaltando no que couber as características de comparabilidade e compreensibilidade tratadas na NBC TSP Estrutura Conceitual, especificamente quando ressalta as características qualitativas da informação nos relatórios Contábeis de propósitos Gerais (RCPG).

No sentido de aumentar a transparência dos dados de execução orçamentária, permitindo uma visão global e ao mesmo tempo uma desagregação de forma simples e intuitiva, o Sescoop/RS acrescenta às Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis, conceitos do orçamento para conhecimento público, como segue.

A contabilidade e o orçamento adotam regime de competência, as execuções residem nos fatos econômicos da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE e financeiros do Orçamento (receitas e despesas de capital).

O Sistema Sescoop compreende o Sescoop Nacional, que figura como órgão central do sistema em termos de Planejamento e Orçamento e os Sescoops/UF, com atuação nas respectivas unidades de federação.

No Sescoop/RS, o planejamento trata dos objetivos, dos valores anuais e dos indicadores e orçamento, das ações, da programação mensal e dos limites.

Para efeito de aprovação ministerial, o Orçamento é apresentado de forma consolidada, tanto nas receitas quanto nas despesas, bem como por finalidade de gastos. Para efeito de execução, avaliação e julgamento pelos órgãos de controle interno (Auditoria Interna e Conselhos – Administrativo e Fiscal) e controle externo (Auditorias TCU/CGU e auditorias privadas), bem como para divulgação no portal de transparência, o orçamento é apresentado tanto individual (Sescoop nacional e respectivas unidades estaduais), quanto consolidado (Sistema Sescoop).

23.2. Principais variações ocorridas no período de execução do orçamento

As variações nas contas de receitas e despesas correntes são explicadas na Demonstração Contábil DRE, já que apresenta a mesma “Base comparável” disciplinada na NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, onde os valores realizados apresentados estão sob o mesmo regime de competência, mesma base de classificação e mesmo período para o qual o orçamento foi aprovado.

Desta forma, conforme apresentado na informação orçamentária compondo o conjunto das demonstrações contábeis e garantindo a integridade das informações, foram identificadas para o período as diferenças materiais especificadas abaixo:

Finalidade	Previsto Ajustado 2021 (R\$)	Executado 2021 (R\$)	% Executado
Receitas correntes			
Receitas patrimoniais (a)	3.296.892	4.924.554	149%
Outras receitas patrimoniais (b)	176.632	254.838	144%
Total	3.473.524	5.179.392	149%
Despesas correntes			
Outras despesas correntes (c)	40.221.339	24.231.737	60%
Total	40.221.339	24.231.737	60%

(a) A variação ocorreu em função dos recursos aplicados em instituições financeiras terem sido transferidos para instituições financeiras cooperativas, nas quais ofereceram melhores taxas de remuneração sobre as aplicações financeiras;

(b) A variação ocorreu em função da atualização de depósito judicial sob a declaração de imunidade tributária sobre toda e qualquer contribuição social incidente sobre a folha de pagamento de seus empregados bem como o reconhecimento da isenção fiscal ampla com a exoneração das contribuições tributárias de terceiros. Com isso as obrigações a recolher estão sendo reconhecidas no passivo a longo prazo em contrapartida do depósito judicial. Conforme explicado nas Notas explicativas nº 6 e 13.

(c) Com a continuidade das medidas de isolamento social para prevenção à COVID-19, alguns eventos foram cancelados, outros tiveram a participação do público reduzida, ou ainda, foi necessária a readequação em termos de duração, metodologia e formato realizado causando, dessa forma, a baixa na execução dos projetos previstos para o exercício.

Luciana Futuro Pfitscher
Contadora CRCRS 080795/O-0

Gerson José Lauermann
Superintendente

Norberto Tomasini
Superintendente

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e aos Conselheiros do
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SESCOOP/RS
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Rio Grande do Sul – SESCOOP/RS** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial e orçamentário em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SESCOOP/RS em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2022.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

ROGER MACIEL DE OLIVEIRA:90238435091

Assinado de forma digital por
ROGER MACIEL DE
OLIVEIRA:90238435091
Dados: 2022.03.15 17:57:14 -03'00'

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SESCOOP/RS
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO ANUAL
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2021**

Os membros do Conselho Fiscal do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SESCOOP/RS, no cumprimento das disposições regimentais, examinaram o Relatório de Gestão Anual do Sescoop/RS referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quanto aos aspectos orçamentários, financeiros e contábeis. Com base nas análises realizadas e nas informações disponibilizadas pela administração no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal encaminha documentação e recomenda ao Conselho Administrativo que delibere pela aprovação do Relatório de Gestão Anual do Sescoop/RS, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, quanto aos aspectos orçamentários, financeiros e contábeis.

Porto Alegre/RS, 18 de março de 2022.

Ari Rosso
Conselheiro Presidente

Alexei Eduardo Gobbi
Conselheiro

Jairton Nunes Vieira
Conselheiro

*Documento assinado digitalmente.

**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SESCOOP/RS
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO
EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2021**

Os membros do Conselho Fiscal do SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SESCOOP/RS, no cumprimento das disposições regimentais, acompanharam e fiscalizaram a execução financeira, orçamentária, os atos de gestão e examinaram as Demonstrações Contábeis do SESCOOP/RS referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, compostas pelo balanço patrimonial e suas respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do balanço orçamentário e correspondentes notas explicativas, julgando-as adequadas. Com base nas análises realizadas e subsidiados pelo Parecer dos Auditores Independentes, que emitiram opinião, sem ressalva, o Conselho Fiscal aprova as referidas Demonstrações Contábeis e encaminha para deliberação do Conselho Administrativo, em cumprimento ao previsto no Regimento Interno do SESCOOP/RS.

Porto Alegre/RS, 18 de março de 2022.

Ari Rosso
Conselheiro Presidente

Alexei Eduardo Gobbi
Conselheiro

Jairton Nunes Vieira
Conselheiro

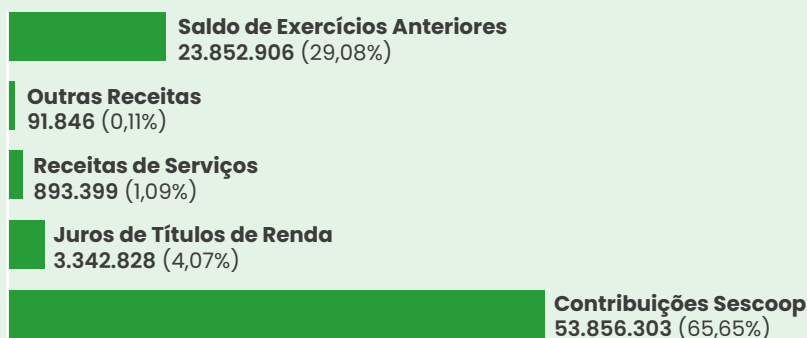
*Documento assinado digitalmente.

PLANO DE TRABALHO – EXERCÍCIO 2022

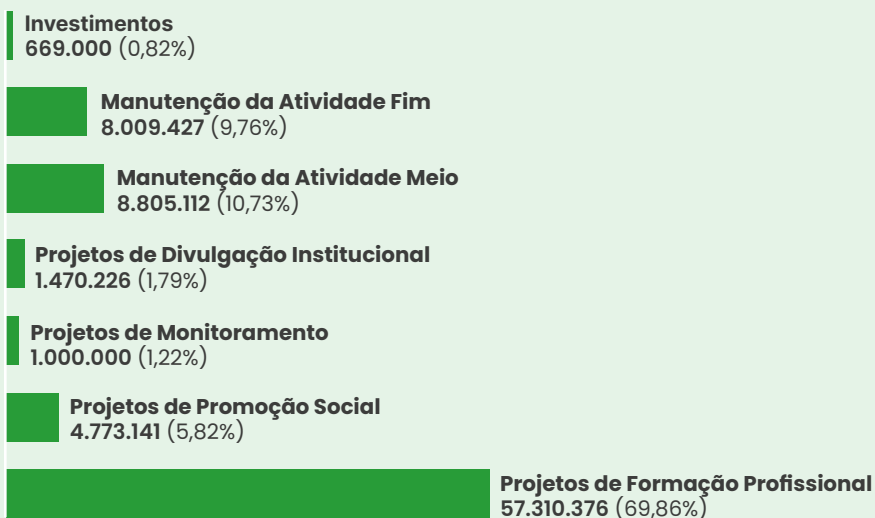
	Objetivos	Orçado	%	Beneficiários
Objetivos Finalísticos 63.083.547 = 76,90%	Fortalecer a cultura cooperativista	3.503.708	4,27%	46.107
	Aprimorar a governança, gestão e desempenho das cooperativas por meio da oferta de soluções de desenvolvimento organizacional	1.000.000	1,22%	170
	Promover a profissionalização das cooperativas por meio da oferta de soluções de desenvolvimento humano	57.310.376	69,86%	92.472
	Apoiar práticas de responsabilidade socioambiental e qualidade de vida	1.269.433	1,55%	15.430
Objetivos de Gestão e Manutenção da Estrutura R\$ 18.953.765 = 23,10%	Aprimorar a gestão de pessoas com foco em resultados	230.000	0,28%	57
	Pessoal área meio	5.603.240	6,83%	-
	Pessoal área fim	6.755.737	8,23%	-
	Manutenção da estrutura da área meio	2.971.872	3,62%	-
	Manutenção da estrutura da área fim	1.253.690	1,53%	-
	Divulgação Institucional	1.470.226	1,79%	-
	Investimentos	669.000	0,82%	-
Total (Objetivos Finalísticos e de Gestão e Manutenção da Estrutura)		82.037.282	100,00%	154.236

PLANO DE TRABALHO – EXERCÍCIO 2022

Origem dos Recursos	Orçado R\$	Orçado %
Contribuições Sescoop	53.856.303	65,65%
Juros de Títulos de Renda	3.342.828	4,07%
Receitas de Serviços	893.399	1,09%
Outras Receitas	91.846	0,11%
Saldo de Exercícios Anteriores	23.852.906	29,08%
Total	82.037.282	100,00%



Aplicação dos Recursos	Orçado R\$	Orçado %
Projetos de Formação Profissional	57.310.376	69,86%
Projetos de Promoção Social	4.773.141	5,82%
Projetos de Monitoramento	1.000.000	1,22%
Divulgação Institucional	1.470.226	1,79%
Pessoal + Manutenção da Atividade Meio	8.805.112	10,73%
Pessoal + Manutenção da Atividade Fim	8.009.427	9,76%
Investimentos	669.000	0,82%
Total	82.037.282	100,00%



PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO

- Adesão voluntária e livre
- Gestão democrática pelos associados
- Participação econômica dos associados
- Autonomia e independência
- Educação, formação e informação
- Intercooperação
- Compromisso com a comunidade



Interação cooperativista para um mundo melhor



SistemaOcergs

OCERGS - SESCOOP/RS

Rua Félix da Cunha, 12 • Bairro Floresta • Porto Alegre - RS

CEP: 90570.000 • Fone: (51) 3323.0000

ocergs@ocergs.coop.br • www.ocergs.coop.br

sescooprs@sescooprs.coop.br • www.sescooprs.coop.br